

Movimento Estudantil e Conselho Universitário UFBA (1964-1969): negociação e conflito

Mauricio Brito – PPG-UFBA

mafbrito@yahoo.com.br

A presente comunicação tem como objetivo central apresentar algumas reflexões desenvolvidas em uma pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada '*Capítulos da História do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969)*', defendida no Programa de Pós-Graduação em História UFBA.

I.

No imediato pós-golpe de 1964, a cruzada contra a “subversão” encontrou terreno social na UFBA. O Reitor e alguns diretores de Faculdades atuaram em sintonia com o discurso golpista. Na primeira reunião do Conselho Universitário após o golpe, aprovou-se a seguinte moção:

O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos comandantes militares que atuam em nosso estado significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 09 de abril de 1964¹.

Esta moção é um indício de que segmentos com expressão institucional interna à UFBA estabeleceram com o golpe militar uma relação baseada no *colaboracionismo*. Outros setores tinham posição crítica, mas foram pragmáticos, preferindo “esperar tempos melhores”. E teve

também aqueles que, embora críticos do autoritarismo, se curvaram a ele apoiando uma política ‘modernizante’ do governo militar em relação à universidade.

Houve ainda setores que, nos momentos iniciais, tenderam a apoiar o golpe sem que isso significasse alinhamento automático. Com a evolução do *golpe* para um *regime militar*, alguns atores passaram a desenvolver críticas mais abertas. É tanto que, no clima dos intensos conflitos de 68, a Associação dos Professores Universitários (APUB) foi criada - embora com vida curta devido ao AI-5.

II.

No dia posterior ao golpe, muitos estudantes fugiram; outros tentaram refúgio na residência – o que não significou nenhum ‘porto seguro’. A residência do universitário seria um dos principais territórios vistos pela repressão como foco de opositores. No dia 2 de abril, ela foi invadida. Todos os estudantes foram presos - mesmo aqueles que não eram engajados no cotidiano do ME. Até funcionário da universidade que estava em trajes civis foi parar atrás das grades. É possível imaginar a ira da repressão!

A invasão de unidades da universidade ficou registrada na memória de muitos estudantes. Uma das entrevistadas disse que “invadiram a Politécnica. Aprenderam tudo inclusive um livro capa vermelha chamado de *A Resistência das Massas*. Na realidade um livro de construção civil”.

Anedotas sobre a ação da repressão apareceram em diversos relatos. Talvez não sem razão. As pesquisas mostram que, naquele período, o aparato repressivo da ditadura - incluindo o serviço de inteligência - estava apenas se montando. Somente anos depois viria a ser aperfeiçoado, a ponto de existir uma *comunidade de informações* para a luta “anti-subversão”, incluindo agentes especializados no combate a algumas organizações de esquerda².

O golpe de 1964 pegou o ME universitário de surpresa. O principal esboço de reação foi realizar assembléias nas faculdades para avaliar o que poderia e deveria ser feito. Em

contrapartida, a orientação da reitoria foi esvaziar e fechar as faculdades. Mas essa medida não foi implementada sem resistência. Um dos entrevistados disse que “na Faculdade de Direito, chegamos a realizar uma assembléia com muitos estudantes [...]. Porém, a certa altura, estávamos cercados pela polícia e tivemos que nos dispersar”.

Um relato nos informa que as notícias eram contraditórias confirmando ter havido certa expectativa de resistência regional. Segundo o entrevistado

Houve uma tentativa de resistência armada em Cruz das Almas. Os estudantes se mobilizaram, reuniram armas de fogo e coquetel molotov. Pensamos em assaltar o tiro de guerra e começar uma resistência, mas tudo isso era em função de existir resistência em Feira de Santana onde Pinto (Francisco Pinto) era prefeito e em Vitória da Conquista onde Pedral era prefeito, mas como não houve resistência então nós nos desmobilizamos e aí cada um procurou se esconder.

Com pouca articulação, as tentativas formuladas de resistência ao golpe por parte do ME não passaram de expectativas ou ações de setores militantes, sem maior repercussão social ou força política. De todo modo, ela é sintoma de um fenômeno nacional, qual seja, a falta de recusa ativa de resistência dos estudantes ao golpe militar. Segundo um pesquisador:

Existem indícios suficientes para afirmar que a massa dos estudantes foi tomada por uma certa paralisia no momento do golpe [...]. Com isto não se está dizendo que a massa dos estudantes apoiou o golpe de 64, mas que não existe evidência de recusa de massa do movimento estudantil ao golpe. Ao contrário, existem alguns sinais de que a massa dos estudantes, o estudante comum, se deixou levar pelo discurso anticomunista e por todo aquele quadro que se criou para justificar o golpe militar³.

III.

Sem forças para resistir, muitos estudantes foram presos e/ou foram cassados. Desse modo, desencadeou-se uma *operação limpeza* no ME e setores afinados com os golpistas

assumiram a direção de muitas entidades estudantis. É possível afirmar que o golpe de 64 representou uma descontinuidade para o ME em termos de ativismo político, haja vista que as principais lideranças deixam de participar do ME no pós-64.

A lógica que presidiu a relação Estado/ME foi de ‘depurar’ as entidades da ‘influência subversiva’ e, ao mesmo tempo, fechar a União Nacional dos Estudantes (UNE). Para tanto, além de prender muitos estudantes, o regime utilizou Inquéritos Policiais Militares para indiciar ativistas estudantis e criou legislação específica visando “domesticar” as entidades estudantis. Em 9 de novembro de 1964, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a Lei no. 4464. Apelidada pelos estudantes de Lei Suplicy Lacerda ou Lei da Mordaça, essa medida extinguiu a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e, em seu lugar, criava o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e Diretório Estadual dos Estudantes (DEE). A Lei impunha o voto obrigatório dos estudantes nas eleições das entidades – além do DNE e DEE, os Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretório Central dos Estudantes (DCEs) -, dava poderes ao Ministério da Educação ou Conselho Federal de Educação para convocar suas reuniões e proibia manifestações de greve ou propaganda político-partidária. Em síntese, a Lei Suplicy Lacerda buscava acabar com a autonomia das entidades estudantis⁴.

Contudo, a Lei Suplicy despertou reações contrárias, inclusive de setores que tinham apoiado o golpe militar⁵. Na realidade, alguns grupos eram críticos à presença dos (supostos) comunistas à frente das entidades, mas defendiam o direito à livre organização estudantil.

É desse modo que, como o ME atravessava uma fase de dispersão por conta da repressão aos dirigentes, prisões, exílios, interventorias em entidades etc., paradoxalmente, a Lei Suplicy ajudou à sua reaglutinação, em torno da palavra de ordem ‘Em defesa da UNE’. Nesse quadro, o ano de 1965 é movimentado principalmente por Campanhas Contra a Lei Suplicy. Além da articulação de um Plebiscito Nacional, a UNE realizou o seu 27º Congresso, em São Paulo. Aprovou-se a criação de Diretórios Acadêmicos Livres – por fora da Lei – e o boicote às eleições oficiais⁶.

É nesse cenário que, acompanhando a dinâmica de reorganização do ME nacional, os DAs da UFBA, Universidade Católica e das Escolas Independentes realizaram o Congresso Extraordinário da União dos Estudantes da Bahia (UEB). O eixo central das resoluções do Congresso foi apoiar a UNE e lutar contra a Lei Suplicy. Elaborou-se um Manifesto onde a reorganização da UNE era vista como um direito constitucional. Houve a eleição de uma diretoria provisória para a UEB.

Diferentemente da tática deliberada no Congresso da UNE - boicote às eleições oficiais , aprovou-se a participação dos estudantes nas eleições dos DAs enquadrados na Lei. Contudo, essa posição não era acrítica. Ao contrário, parece que a orientação das lideranças foi de reorganizar o ME por dentro dos DAs legalizados.

IV.

A noção que presidiu a relação da reitoria UFBA com as entidades estudantis foi de reconhecer a legitimidade do ME desde que submetido à legalidade e excluído da influência dos comunistas. Foi neste sentido que o DCE e os DAs não foram fechados *ad eternum*.

Isso possibilitou a manutenção de uma autonomia estudantil que, sob circunstâncias gerais de repressão político-cultural, de problemas materiais na Universidade e de reaglutinação de setores críticos da ditadura militar, foi importante para reorganizar um ME de oposição ao governo, com sua direção política orientada por posições de *esquerda*.

V.

Esta reorganização do ME se deu *pari-passu* à sua presença na cena pública. Se em 1965, como já foi dito, a energia desenvolvida pelo ME foi pelo direito à livre organização estudantil no âmbito interno, a partir de 1966 há uma modificação na pauta do movimento em Salvador: a luta pela liberdade de expressão passou a ser a tônica, notadamente a partir da repressão do diretor do Colégio Central à uma peça montada por estudantes secundaristas.

Em 1967, a aliança entre secundaristas e universitários se repetiu na luta contra a Lei Orgânica Estadual que abria possibilidade de instituir cobrança de mensalidades na escola pública. Os universitários compreenderam aquela medida enquanto uma “versão baiana do acordo MEC-USAID para o ensino médio” e sensibilizaram para essa causa o Reitor e Diretores de Unidades.

Já em 1968, ocorreram protestos contra a repressão do regime militar, sobretudo a partir da morte do estudante Edson Luís, no Restaurante Calabouço (Rio de Janeiro). Posteriormente, a pauta passou a ser a questão educacional seguida de uma greve contra o corte de verbas para a UFBA, contando com a simpatia da Reitoria e de muitos Diretores de Faculdades. No segundo semestre, ocorreram protestos contra a política educacional e a repressão ao 30º. Congresso da UNE. Entretanto, o endurecimento do regime em curso nacionalmente se reproduziu também na Bahia, onde a violência policial se radicalizou, contribuindo para um refluxo das manifestações estudantis.

Esse processo teve como ápice a edição do Ato Institucional no. 5 (AI-5). Segundo um pesquisador, “com o AI-5, o Brasil ingressou em um período de trevas”⁷. Essas trevas se manifestaram também no interior da UFBA onde muitos ativistas ligados ao ME foram impedidos, no início de 1969, de efetuarem matrícula na instituição. Este fenômeno foi resumido por um dos entrevistados como sendo “o AI-5 dentro da universidade”.

VI.

O ME influenciou parte dos professores ufbianos, ainda que em ritmo lento. Talvez seja por isso que o ME não conseguiu conquistar aliados internos à universidade com capacidade de analisar os rumos da reforma universitária em curso. Enquanto em 1968 o ME pautou a crítica aos Acordos MEC-USAID, neste mesmo ano a UFBA foi federalizada. Diga-se de passagem, um dos marcos iniciais desse processo remonta a, pelo menos, o ano de 1965.

É lícito supor que uma das consequências da descontinuidade ocorrida no ME foi a ‘emergência’ de uma nova geração de ativistas que não conseguiu se apropriar da massa crítica produzida, antes do golpe, em prol da reforma universitária, e formular uma crítica mais radical à reforma universitária empreendida após o golpe militar. Exemplo nesse sentido é que a greve estudantil em 68 teve como agenda central *verbas* para a UFBA e não *modelo* de universidade. Embora as questões não necessariamente andem separadas, conclui-se que elas não estiveram juntas, pelo menos com a força social necessária. Vale sublinhar que esse aspecto deve ser contextualizado considerando que o golpe de 64 colocou uma nova agenda política para o ME.

Podemos interpretar que a principal vitória obtida pelo ME nos planos local e nacional foi ter impedido a implementação do ensino pago na universidade pública – considerado um dos principais problemas dos Acordos MEC-USAID.

Embora influenciado pela dinâmica nacional imprimida pela UNE, o ME da UFBA teve um ritmo próprio. Em alguns momentos, acompanhou a agenda nacional. Noutros, imprimiu um tom marcado por conflitos e respostas a problemas *locais*.

Ademais, por vezes a vigência de uma *dialética repressão-resistência* mostrou sua força explicativa. Não obstante esta interpretação, é razoável pensar que, em determinado momento, a repressão abafou a capacidade do ME expressar uma resistência através dos moldes anteriores – luta “aberta e de massas” . A violência do segundo semestre do ano de 1968 e o endurecimento nacional do regime consolidado com o AI-5 completaram o quadro de medo e cerceamento do direito à palavra.

Para tanto, no caso do ME na UFBA, a cassação do direito de matrícula de diversos estudantes representou um atentado à autonomia universitária, sem vozes sociais à altura para uma contraposição. A reação da universidade foi marcada pela subserviência. Além disso, esse contexto amedrontou mais ainda os descontentes, inibindo a reorganização do movimento. Por

outro, representou uma quebra de laços subjetivos de enorme repercussão para a vida de muitos estudantes.

Por último, cabe ressaltar que esse processo de intensa repressão esvaziou a representatividade do ME e consolidou um afastamento entre os setores militantes e o “estudante comum” – aquele que não era cotidianamente engajado no ME e/ou em organizações de esquerda.

¹ Ata Conselho Universitário UFBA, 09/04/1964.

² A respeito, ver D'ARAÚJO, Maria Celina (et alii). *Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; e FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

³ João Roberto Martins Filho. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: *1964: Visões Críticas do Golpe*. Organizado por Caio Navarro de Toledo. Campinas: Editora da Unicamp, pp 75-81, 1997. p 80.

⁴ POERNER, Artur. *O Poder Jovem*. 2ª Edição revisada e ampliada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

⁶ POERNER, Artur. *O Poder Jovem*. 2ª Edição revisada e ampliada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁷ VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1968: Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira”. In: *Revista de Sociologia e Política*. São Paulo, n.2, p37-55, 1994.